



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

A partir da tomada de posse do novo governo, os residentes têm discutido se o Secretário para os Transportes e Obras Públicas e o Director dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes vão querer concretizar a promessa dos seus antecessores, ou até se ainda se lembram dela, sobre a questão habitacional e a gestão de solos. Para este efeito, apresentei ao Governo uma interpeleção escrita no passado dia 5 de Janeiro, mas este ainda deu nenhuma resposta. A auscultação pública sobre o plano de desenvolvimento dos novos aterros, cuja realização estava prevista para o passado mês de Dezembro, ainda não se realizou. O Chefe do Executivo já decidiu que na Zona A dos novos aterros vão ser disponibilizadas 28 000 fracções de habitação pública, mas, quanto à questão da qualidade de vida em virtude da alta densidade populacional na zona, nada mencionou. Recentemente, houve quem referisse aos Deputados a sua preocupação por continuar a haver atraso na resolução das questões habitacionais por parte dos novos dirigentes, o que pode afectar a vida da população, e acrescentasse ainda que, se não houvesse esse atraso, seria possível resolver o problema habitacional, por exemplo, recuperando o terreno afecto à construção do parque temático Mundo Aquático, entre outros que estão abandonados desde a administração portuguesa, assim como o terreno envolvido em corrupção, afecto à construção do "La Scala". Estes terrenos seriam suficientes para construir 30 000 fracções de habitação pública. Assim, solicito aos dirigentes do novo governo que concretizem as diversas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

promessas dos seus antecessores e respondam às exigências da população.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Os dirigentes do novo governo ainda não divulgaram nenhuns dados relativos aos 48 terrenos desaproveitados, mas ocupados pelos promotores, contudo, quanto à disponibilização de fracções públicas, o Governo da RAEM deve prometer que vai construir habitação pública sempre que for retomado um desses terrenos, assim como divulgar o número previsto de fracções a construir nos referidos 48 terrenos e nos outros que estiveram envolvidos em corrupção, suficientes para construir mais 30 000 fracções. O Governo vai fazê-lo? Será possível o Governo planear imediatamente a construção de habitação pública, logo que esses terrenos forem recuperados?
2. No passado, o Chefe do Executivo prometeu que ia analisar a possibilidade de implementação da política "Terras de Macau destinadas a residentes de Macau", e acrescentou que nenhum terreno dos novos aterros tinha sido concedido antecipadamente. Agora, para além da decisão de disponibilizar 28 000 fracções de habitação pública na Zona A dos novos aterros, o Chefe do Executivo deve envidar esforços para concretizar efectivamente a política "Terras de Macau destinadas a residentes de Macau" e incluir os elementos desta política na auscultação pública sobre o plano de desenvolvimento dos novos aterros, cuja realização estava prevista para o passado mês de Dezembro, mas continua sem se concretizar. O Governo vai fazer isto?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. O Chefe do Executivo já tomou a decisão de afectar os terrenos da Zona A dos novos aterros à construção de 28 000 fracções públicas, assim, deve disponibilizar instalações suficientes nessa zona para garantir a qualidade de vida dos moradores e aproveitar as referidas sessões de auscultação pública para divulgar as informações sobre os planos dessas instalações, tais como, de saúde, educação, serviços sociais e lazer. Vai fazê-lo? Os terrenos dos novos aterros, como reserva de solos, devem ser gradualmente aproveitados consoante as necessidades reais. Se os terrenos desaproveitados acabarem por ser recuperados, se forem suficientes para a construção de habitação pública e se todas as zonas dos novos aterros conseguirem dar resposta ao problema habitacional da população, então, a densidade populacional da cidade deve diminuir e, conseqüentemente, eleva-se a qualidade de vida. O Governo concorda com isto?

9 de Março de 2015

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ng Kuok Cheong